

**PERCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS NO
ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA: Uma
Análise a partir da Rede de Parceiros pela Integridade da
Informação sobre Mudança do Clima**
**PERCEPTIONS AND ORGANIZATIONAL STRATEGIES IN
CONFRONTING CLIMATE MISINFORMATION: An Analysis
Based on the Network of Partners for Climate Change
Information Integrity**

Letícia Capone¹
Vivian Mannheimer²
Caroline Pecoraro³
Carolina Sampaio⁴
Agnes Franco⁵

Resumo: *Este artigo analisa a arquitetura institucional, os processos e as estratégias da Rede de Parceiros pela Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima, vinculada ao Capítulo Brasileiro da Iniciativa Global (G20), que atua como uma infraestrutura de resiliência, visando fortalecer o debate democrático e a ação climática. Através de uma abordagem qualitativa, o estudo sistematizou as percepções de organizações multissetoriais membros da Rede obtidas por formulários de consulta e por debates realizados em oficinas deliberativas. A análise, estruturada em seis eixos temáticos - pesquisa, comunicação, jornalismo, responsabilização, incentivos econômicos e educação -, revela que a desinformação é compreendida como uma commodity econômica alimentada por assimetrias de poder. Os resultados destacam a urgência de narrativas territorializadas, a proteção de comunicadores e a revisão de incentivos no mercado publicitário.*

Palavras-Chave: *Meio ambiente; Integridade da informação; Mudanças climáticas*

Abstract: *This article analyzes the institutional architecture, processes, and strategies of the Network of Partners for Integrity in Climate Change Information, linked to the Brazilian Chapter of the Global Initiative (G20), which acts as a resilience infrastructure, aiming to strengthen democratic debate and climate action. Using a qualitative approach, the study systematized the perceptions of multisectoral*

¹Letícia Capone: Doutora em Comunicação pela PUC-Rio, Professora do Departamento de Comunicação da PUC-Rio e Diretora de Pesquisa do Instituto Democracia em Xequê, e-mail: leticiacapone@gmail.com

² Vivian Mannheimer: Doutora em Comunicação pela PUC-Rio, Professora do Departamento de Comunicação da PUC-Rio e Pesquisadora do Instituto Democracia em Xequê, e-mail: vmannheimer@gmail.com

³ Caroline Pecoraro: Doutora em Comunicação pela PUC-Rio, Professora do Departamento de Comunicação da PUC-Rio e Coordenadora de Gestão Institucional do Instituto Democracia em Xequê, e-mail: carolpecoraro@gmail.com

⁴ Carolina Sampaio: Doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília, Mestra em Comunicação e Territorialidade pela Universidade Federal do Espírito Santo, carolinaofranti@gmail.com

⁵ Agnes Franco: Doutoranda em Ciências Ambientais (PROCAM / USP), Pesquisadora do Instituto Democracia em Xequê, agnestar@gmail.com

organizations that are members of the Network, obtained through consultation forms and debates held in deliberative workshops. The analysis, structured around six thematic areas—research, communication, journalism, accountability, economic incentives, and education—reveals that misinformation is understood as an economic commodity fueled by power asymmetries. The results highlight the urgency of territorialized narratives, the protection of communicators, and the revision of incentives in the advertising market.

Keywords: Environment; Information integrity; Climate change.

Introdução

A emergência climática contemporânea não se restringe a fenômenos biofísicos, ela é indissociável de uma crise profunda na integridade do ecossistema informacional. Conforme aponta o Relatório de Riscos Globais do Fórum Econômico Mundial (2025), a desinformação figura entre os principais aceleradores de crises, ocupando o topo das ameaças globais, ao lado de eventos climáticos extremos. Diante desse desafio, torna-se insuficiente uma resposta isolada de setores estratégicos da sociedade, como o Estado, a academia ou a sociedade civil. A complexidade do fenômeno exige a articulação de redes multissetoriais capazes de integrar saberes técnicos, científicos e populares.

Nesse ensejo, a Rede de Parceiros pela Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima representa o "Capítulo Brasileiro" da Iniciativa Global lançada pelo Brasil durante a Cúpula do G20 de 2024, em parceria com a ONU e a UNESCO. O propósito central desse esforço internacional é combater a desinformação e garantir que o debate público democrático seja alimentado por dados climáticos precisos, confiáveis e baseados em evidências. No cenário internacional, a Iniciativa atua diplomaticamente e financia pesquisas e o jornalismo investigativo por meio de um fundo gerido pela UNESCO.

Para a implementação em âmbito nacional, o Governo brasileiro criou o “Capítulo Brasileiro” da Iniciativa Global, tendo instituído, por meio da Portaria Interministerial SECOM/MMA/MRE nº 30, de 18 de junho de 2025, o Comitê Gestor Brasileiro, além de ter estimulado a criação da Rede de Parceiros pela Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima, composta por organizações da sociedade civil, academia e instituições de pesquisa com atuação relevante na pauta. A estruturação desta Rede foi precedida por um ciclo de consultas e oficinas presenciais - realizadas entre as organizações membros - que serviram como sensores das urgências do campo.

Este artigo analisa o resultado dessa escuta, que consolidou as percepções de 79

organizações sobre os nós críticos da desinformação climática no Brasil. Investiga-se o processo de pactuação de agendas e a estrutura organizativa da Rede, destacando como os atores participantes compreendem a desinformação como um obstáculo estrutural à ação pública. O trabalho detalha os seis eixos de atuação definidos coletivamente: pesquisa do debate digital, comunicação estratégica, sustentabilidade do jornalismo, responsabilização e proteção de direitos, incentivos à integridade da informação e educação midiática e ambiental. Evidencia-se, assim, como uma abordagem sistêmica e colaborativa busca fortalecer a resiliência informacional do país frente à urgência climática.

Na próxima seção, será apresentado o debate teórico em torno do tema da integridade da informação, que fundamenta a criação da Rede. Em seguida, a seção de metodologia e resultados expõe o processo empírico da pesquisa, com foco na sistematização das discussões realizadas na 1ª Oficina e no diagnóstico colhido junto às organizações⁶, detalhando as ações prioritárias desenhadas até aqui

1. A integridade da informação e a criação da Rede de Parceiros

A discussão sobre a integridade da informação tornou-se central no cenário contemporâneo, marcado pela proliferação de conteúdos digitais e pela complexidade das redes de comunicação. Autores como Wardle e Derakhshan (2017), em seus trabalhos sobre a "desordem informacional", propõem uma taxonomia que diferencia desinformação de má-informação, a partir da intencionalidade de dano. Recuero (2018), ao analisar o fenômeno das fake news e sua circulação nas redes sociais, destaca como a velocidade e o alcance dessas plataformas amplificam o impacto da informação não íntegra, afetando a percepção pública e o debate democrático. Para Araújo (2024), a integridade da informação tem sido proposta considerando não apenas conteúdos falsos, mas também todo o ecossistema de produção, circulação e uso das informações. Em vez de focar exclusivamente na intencionalidade ou veracidade das mensagens, a abordagem enfatiza propriedades como confiabilidade, equilíbrio e completude das informações necessárias ao debate público e à tomada de decisões. Nesse sentido, a integridade da informação relaciona-se a noções como pós-verdade, fake news e infodemia, porém desloca a análise para fatores estruturais, como

⁶ Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos através de documentos da Rede de Parceiros pela Integridade da Informação sobre Mudança do Clima disponibilizados nos sites e e-mails e foram usados exclusivamente para fins acadêmicos.

mediações tecnológicas, modelos de negócio das plataformas e condições sociais de recepção.

Relatório do International Panel on the Information Environment (IPIE), publicado em 2025, aponta que no contexto da segurança da informação, a integridade é classificada como a propriedade de exatidão e completude da informação, visando a preservação do seu conteúdo e forma originais. Em uma extensão desse conceito para o debate público e a participação democrática, a integridade da informação abrange a capacidade de uma informação ou conjunto de informações de capturar aspectos do mundo natural ou social e de servir como um recurso confiável para indivíduos e coletivos agirem. A falta de integridade da informação, nesse sentido, está contribuindo para o agravamento da crise climática e a resposta humana à crise climática está sendo "obstruída e atrasada pela produção e circulação de informações enganosas sobre a natureza da mudança do clima e as soluções disponíveis" (IPIE, 2025). Sob esta ótica, a integridade da informação deixa de ser apenas um desafio comunicacional para tornar-se um requisito fundamental da política científica.

Em fevereiro de 2022 a Organização das Nações Unidas (ONU), no âmbito do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP, sigla para United Nations Development Programme), lançou um documento de orientação estratégica chamado "Integridade da informação: construindo o caminho para a verdade, a resiliência e a confiança". Já o primeiro relatório sobre Integridade da Informação, com foco nas Plataformas Digitais, foi lançado pela Organização em outubro de 2023, o Policy Brief 8.

Em contraste com as abordagens que se concentram na natureza e na circulação do conteúdo, os Princípios Globais para a Integridade da Informação da ONU (2024) trazem perspectiva mais ampla, adotando um olhar sistêmico que foca não apenas na informação em si, mas em todo o ecossistema de comunicações contemporâneo, incluindo temas como publicidade digital e educação midiática em seu escopo. De acordo com o documento, há cinco pilares primordiais que devem acompanhar as discussões sobre a integridade da informação. O primeiro, "confiança e resiliência social", refere-se à capacidade das sociedades de lidarem com perturbações e ações manipulativas, bem como à confiança nas fontes e na confiabilidade das informações acessadas. Em seguida, o princípio de "incentivos saudáveis" aborda as implicações dos atuais modelos de negócio, que dependem de publicidade direcionada e monetização, e a necessidade de uma mudança fundamental na estrutura de incentivos. A "capacitação pública" implica que os indivíduos tenham controle

sobre sua experiência online, possam tomar decisões informadas e se expressar livremente, tendo acesso a fontes de informação diversas e confiáveis; enquanto a “mídia independente, livre e plural” destaca que a integridade da informação só é alcançável com uma imprensa livre, que atue como pedra angular das sociedades democráticas e forneça informações confiáveis e precisas. Por fim, o princípio da “transparência e pesquisa” busca incidir sobre a idoneidade informacional das empresas de tecnologia para uma melhor compreensão de como a informação é divulgada, além de expandir a disponibilidade e usabilidade de dados para pesquisa de interesse público.

Desde 2023, o Brasil tem se destacado no cenário global ao assumir um papel de liderança no debate sobre a integridade da informação. O país participou ativamente da elaboração de iniciativas importantes na área, como o Pacto Digital Global (Global Digital Compact)⁷, que conta com Integridade da Informação em seu terceiro objetivo, que visa "fomentar um espaço digital inclusivo, aberto, seguro e protegido que respeite, proteja e promova os direitos humanos". A partir dessas ações, o governo brasileiro incorporou o termo "integridade da informação" em diversos instrumentos de cooperação internacional, como a Declaração dos Presidentes do Mercosul sobre Democracia e Integridade da Informação em Ambientes Digitais (2023); e a Declaração Ministerial do Grupo de Trabalho de Economia Digital do G20 (2024).

Em relação ao início dos trabalhos da Rede de Parceiros pela Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima, sua criação foi resultado de dois processos que aconteceram de forma independente: o primeiro refere-se aos diálogos ocorridos na sociedade civil organizada. As instituições que já enfrentavam cotidianamente os efeitos do negacionismo e da desinformação começaram, a partir de 2023, a lidar com o problema de forma mais articulada e apoiadas por pesquisadores. O segundo, e que dá materialidade a essa demanda já existente, acontece em novembro de 2024, quando a Secretaria de Políticas Digitais da SECOM realizou seus primeiros esforços de definição da estrutura do “Capítulo Brasileiro” da Iniciativa Global.

Em linha com a abordagem sistêmica adotada pelos Princípios Globais da ONU para Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima, foram delineados os eixos de atuação

7

https://www.un.org/global-digital-compact/sites/default/files/2024-09/Global%20Digital%20Compact%20-%20English_0.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2025.

da Iniciativa Global no Brasil. São eles: 1) pesquisa e acompanhamento do debate público digital, que foca em identificar os atores, os financiamentos e as dinâmicas da desinformação, além de avaliar os seus impactos negativos na ação climática; 2) comunicação estratégica, que abrange a criação de conteúdos práticos para combater falsas narrativas e a capacitação técnica de comunicadores e influenciadores digitais para diferentes públicos; 3) sustentabilidade do jornalismo e proteção, que apoia a cobertura socioambiental, sobretudo em desertos de notícias, e fortalece a segurança de jornalistas, comunicadores científicos e ambientalistas; 4) responsabilização e proteção de direitos, que engloba o fortalecimento de ferramentas jurídicas para responsabilizar redes focadas na disseminação de desinformação intencional e discurso de ódio. 5) incentivos à integridade da informação, que dedica-se a promover ações que valorizem dados climáticos confiáveis no ambiente digital, por meio de parcerias com a iniciativa privada e agências de publicidade; e 6) educação midiática, ambiental e sobre o clima, que busca desenvolver o senso crítico de jovens e adultos integrando políticas educacionais, capacitando professores e firmando parcerias com secretarias. Cabe ressaltar que a definição e o detalhamento desses eixos no contexto brasileiro não foram processos meramente burocráticos, mas resultaram de um intenso diálogo multissetorial que será esmiuçado na análise dos resultados deste artigo.

Paralelamente à definição dos eixos, estruturou-se o "Capítulo Brasileiro" em duas frentes: o Comitê Gestor Brasileiro, instituído pela Portaria Interministerial SECOM-MMA-MRE nº 30 e focado na coordenação governamental; e a Rede de Parceiros, voltada para a integração com a sociedade civil e a Academia. A mobilização dessas organizações ganhou força com a realização de dois eventos sobre a Iniciativa Global no G20 Social, no Rio de Janeiro. Foi nesse contexto, em 18 de novembro de 2024, que se divulgou o formulário de cadastro para as entidades interessadas, disponibilizado diretamente na plataforma Participa Mais Brasil, do Governo Federal.

No início de 2025, foi realizado um esforço de identificação, mapeamento e sistematização de organizações da sociedade civil e da academia, além de garantir a participação e a representatividade de comunidades tradicionais e povos originários que pudessem compor a Rede. Esse longo processo de busca seguiu a metodologia “bola de neve” definida por Wright e Stein (2005), que parte de uma rede de contatos que se expande a partir de um núcleo inicial. A adoção desse método garantiu que o diagnóstico aqui apresentado

contemplasse não apenas grandes centros de pesquisa, mas também coletivos e organizações de base territorial, fundamentais para a resiliência informacional no Sul Global.

2. Metodologia e Resultados

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-participativo, fundamentada na sistematização do ciclo de consultas e das discussões realizadas na 1ª Oficina da Rede de Parceiros pela Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima. A produção do corpus empírico ocorreu de forma processual, integrando dois momentos complementares que permitiram a triangulação de dados: um levantamento prévio via formulários estruturados, que contaram com 79 respostas em duas etapas diagnósticas, e uma oficina presencial realizada em Brasília, em março de 2025. O estudo reuniu um grupo multissetorial composto por organizações da sociedade civil, academia e instituições públicas, todas membros da Rede.

Como instrumento metodológico, foram utilizadas perguntas orientadoras estruturadas nos seis eixos temáticos. As questões foram previamente pactuadas, enviadas e respondidas pelos participantes via formulário, servindo de insumo analítico para debates coletivos posteriormente sistematizados. Esse procedimento permitiu organizar o conhecimento distribuído entre os atores envolvidos e identificar consensos, lacunas e propostas de ação. O método pode ser caracterizado como uma oficina deliberativa com produção colaborativa de dados, na qual as perguntas funcionaram simultaneamente como roteiro analítico e dispositivo de coleta de informação. A análise consistiu na consolidação temática das respostas e discussões de cada eixo: 1) Pesquisa e acompanhamento do debate público digital; 2) Comunicação estratégica; 3) Sustentabilidade do jornalismo e proteção de comunicadores e ambientalistas; 4) Responsabilização e proteção de direitos; 5) Incentivos à integridade da informação; e 6) Educação midiática, ambiental e sobre mudança do clima.

Em cada eixo, o roteiro de perguntas orientou a produção discursiva do coletivo, permitindo mapear a ecologia de atores, as práticas de resistência ao negacionismo, as lacunas institucionais e as soluções estruturais para a integridade da informação climática no Brasil.

No que diz respeito ao Eixo 1 - Pesquisa e acompanhamento do debate digital -, as discussões foram norteadas por um roteiro que buscou diagnosticar as narrativas

predominantes, identificar os atores-chave e desvelar as dinâmicas econômicas que sustentam a desordem informacional no Brasil. As perguntas orientadoras investigaram desde as lacunas de inovação tecnológica até as estratégias de articulação em rede para fortalecer a integridade da informação científica.

A análise das contribuições das organizações revela uma compreensão sistêmica da teia desinformativa. Os resultados indicam que eventos e gatilhos específicos - como catástrofes climáticas, marcos regulatórios ambientais ou cúpulas internacionais (ex: G20 e COP) - funcionam como janelas de oportunidade para a mobilização de fluxos desinformativos. Essas narrativas não apenas negam ou minimizam a crise climática, mas operam estrategicamente na descridibilização das instituições científicas.

Um achado central desta etapa foi a identificação da heterogeneidade dos atores e interesses. As organizações apontaram para uma coalizão informal que abrange desde grupos de pressão para flexibilização legislativa até influenciadores digitais e veículos de mídia alternativa que operam à margem dos critérios jornalísticos. A dimensão econômica emergiu como um fator determinante: a desinformação é percebida como um ativo que beneficia setores específicos, como o extrativismo predatório e a indústria de combustíveis fósseis. Nesse sentido, houve forte ênfase na necessidade de investigar a economia política da desinformação, incluindo o financiamento direto e a monetização de conteúdos via plataformas digitais. Isso aparece, por exemplo, quando uma das organizações menciona que "a desinformação climática no Brasil não é orgânica; ela é uma commodity financiada por setores que lucram com o atraso da regulação ambiental, utilizando a monetização de plataformas para retroalimentar o negacionismo".

Quanto às lacunas de monitoramento no Brasil, o diagnóstico das organizações aponta para um cenário de fragmentação de dados e assimetria regional. As barreiras identificadas incluem a linguagem técnica excessiva, que dificulta a divulgação científica, e o financiamento intermitente de centros de pesquisa. Para enfrentar esses desafios, o Eixo 1 convergiu em soluções que transcendem o âmbito técnico: embora mencionem Inteligência Artificial e blockchain, as organizações priorizaram a interseccionalidade entre educação midiática e políticas de responsabilização.

Por fim, os impactos da desinformação foram lidos como obstáculos materiais à transição energética e à proteção da biodiversidade. A conclusão das organizações é que o enfrentamento ao negacionismo exige a transição de ações isoladas para um trabalho em rede

permanente. Isso envolveria a criação de bases de dados abertas, protocolos comuns de pesquisa e fóruns de colaboração que permitam uma resposta rápida e fundamentada em evidências, consolidando a integridade da informação como um bem público essencial para a governança climática brasileira. Há, como aponta uma das organizações, um desafio a ser enfrentado, já que “existe uma fragmentação da produção de conhecimentos entre OSCs, movimentos, territórios e universidades. O desafio é como articular essa inteligência coletiva para que a pesquisa chegue onde a decisão política é tomada e não fique restrita à academia”.

No âmbito do Eixo 2, as discussões foram estruturadas a partir de um roteiro de perguntas orientadoras que visaram investigar as dimensões políticas e práticas da comunicação na crise climática. O foco da investigação centrou-se em quatro dimensões principais: a economia política da comunicação (valor e concentração de poder na agenda); a segmentação e o enquadramento (audiências prioritárias e formas de furar bolhas); a eficácia e a pedagogia do discurso (estratégias bem-sucedidas e diálogo com negacionistas); e a governança e a infraestrutura (coordenação de iniciativas e canais mobilizáveis).

A análise das respostas revela que as organizações participantes concebem a comunicação não apenas como difusão de dados, mas como um campo de forças assimétrico. Os resultados apontam que a concentração de poder econômico e político distorce o debate, exigindo que a comunicação estratégica atue na disputa de atenção e no engajamento de afetos. Para os atores da Rede, a eficácia comunicativa exige superar o modelo de transmissão tecnicista, priorizando a tradução das complexidades científicas para a gramática do cotidiano.

No que tange ao foco em audiências e enquadramentos, identificou-se a necessidade de priorizar grupos que vivenciam os impactos climáticos, mas não se reconhecem na pauta, como populações periféricas e trabalhadores de baixa renda. As organizações sugerem que o diálogo com esses públicos deve partir de temas geradores de preocupação imediata - como o custo de vida, a segurança alimentar e a saúde urbana - para, a partir daí, introduzir conceitos de justiça climática e políticas de adaptação. De acordo com uma das organizações, é preciso “falar de clima sem falar a palavra 'clima'. Para a periferia, a crise climática é o preço do feijão que subiu pela seca ou o autocarro que não passa devido à inundação no bairro. É preciso conectar o CO2 ao prato de comida”.

Quanto às estratégias para superar a polarização e o negacionismo, as respostas apontam para um consenso sobre o uso de enquadramentos narrativos que utilizem linguagem

acessível, humor e formatos populares, como vídeos curtos e memes. A abordagem recomendada pelas organizações foca na persuasão de públicos indecisos por meio de evidências conectadas à realidade local, evitando o confronto direto com núcleos extremistas e valorizando parcerias com comunicadores populares e influenciadores digitais. Uma das respostas aponta que “furar bolhas exige ocupar os espaços de entretenimento. O jovem está exposto a narrativas niilistas e cínicas; precisamos de uma comunicação que gere identificação emocional e esperança ativa”.

Por fim, a resposta à dimensão de governança e canais reforça a urgência de transitar de campanhas isoladas para a construção de ecossistemas de comunicação contínuos. A proposta coletiva envolve a mobilização de canais diversos - de redes de mensageria e mídias independentes a veículos de comunicação pública - e a criação de infraestruturas, como repositórios colaborativos, que garantam que a informação íntegra circule com capilaridade e resiliência, especialmente em contextos de desastres ambientais.

No âmbito do Eixo 3, o roteiro de perguntas orientadoras buscou diagnosticar a saúde do ecossistema midiático e as condições de trabalho dos produtores de conteúdo socioambiental. A investigação organizou-se em três focos principais: o panorama da cobertura e a geografia da informação (desertos de notícias e representatividade regional); a vulnerabilidade e a segurança (impactos da violência sobre a qualidade da informação); e a sustentabilidade e as políticas públicas (obstáculos econômicos, lacunas de formação e mecanismos de proteção).

A análise das organizações revela que a integridade da informação climática no Brasil é diretamente comprometida pela precarização das condições de produção. Os resultados apontam que a cobertura jornalística, embora crescente, ainda é marcada pela superficialidade e pelo foco em eventos extremos, negligenciando o "Brasil profundo". Identificou-se que a ausência de jornalismo local em regiões estratégicas, como a Amazônia e o Pantanal, cria "desertos de notícias climáticas", onde a falta de infraestrutura e a dependência de verbas locais fragilizam a independência editorial. Como aponta uma das organizações: “onde a notícia não chega, o crime ambiental avança. A proteção aos comunicadores é a base para que a verdade sobre o que acontece no 'Brasil profundo' não seja silenciada por interesses e poderes locais”.

Um achado crítico deste eixo diz respeito à correlação entre insegurança e silenciamento científico. As organizações destacaram que comunicadores em áreas de

conflito ligadas ao desmatamento e ao garimpo sofrem ameaças físicas e digitais que geram um ciclo de autocensura e omissão. Esse cenário, somado aos obstáculos econômicos - como o modelo de negócio das plataformas digitais que não remunera adequadamente o conteúdo de interesse público -, ameaça a sustentabilidade de quem atua na tradução de dados complexos para a sociedade. Uma das organizações menciona que “não há integridade da informação sem jornalismo local forte. A dependência de verbas públicas municipais e a pressão de grandes grupos econômicos criam um ambiente de autocensura que esvazia a cobertura climática regional”.

Em relação às estratégias de resiliência, a consulta de profundidade aponta para a necessidade de transitar de ações paliativas para políticas estruturais. As sugestões das organizações convergiram para a criação de programas de segurança holística e o fortalecimento de redes de investigação colaborativa. Como recomendação ao Comitê Gestor, as organizações enfatizaram a urgência de fundos de financiamento específicos para o jornalismo ambiental e a criação de um observatório nacional para monitorar indicadores de qualidade e segurança da informação científica no país.

As discussões do Eixo 4 foram norteadas por um roteiro que buscou enfrentar os dilemas jurídicos e regulatórios da desordem informacional. O foco da investigação concentrou-se em três pilares: o quadro normativo e institucional (leis e ferramentas de responsabilização); a proteção de direitos fundamentais (liberdade de expressão versus direito à informação íntegra); e os mecanismos de incidência (como fortalecer a resposta do Estado e da sociedade civil a ataques coordenados).

Um achado importante diz respeito à proteção de comunicadores e defensores ambientais. As organizações ressaltaram que a responsabilização deve ser bidirecional: ao mesmo tempo em que se pune o desinformador, é preciso criar mecanismos de proteção contra o uso abusivo do sistema jurídico, que visa silenciar jornalistas e cientistas por meio de processos por danos morais. Uma das organizações respondentes destaca que “o sistema judiciário tem sido usado como arma de silenciamento. Cientistas e jornalistas são intimidados por processos em massa que visam exaurir os seus recursos e paralisar a produção de dados sobre danos ambientais”. Nesse sentido, a proposta coletiva sugere o fortalecimento de defensorias públicas especializadas e a criação de protocolos de resposta rápida para ataques de ódio coordenados contra vozes da ciência.

No que tange aos mecanismos de transparência das plataformas, as organizações convergiram para a necessidade de maior abertura de dados e algoritmos. A análise das respostas sugere que a integridade da informação só será plena quando houver dever de cuidado das Big Techs em relação a conteúdos que comprovadamente geram danos ambientais irreversíveis. Como recomendação, o grupo propôs a criação de canais diretos de denúncia multissetoriais e o fomento à "litigância climática" como estratégia de incidência política para responsabilizar grandes emissores que promovem campanhas de greenwashing e desinformação.

As discussões do Eixo 5 foram norteadas por um roteiro voltado a identificar como o mercado e as estruturas econômicas podem atuar como promotores da qualidade informacional. O foco da investigação concentrou-se em três dimensões: a economia da atenção e publicidade (monetização e desmonetização de conteúdos); os selos e certificações (mecanismos de valorização de fontes íntegras); e as parcerias multissetoriais (engajamento da iniciativa privada e agências de publicidade na agenda climática).

A análise das respostas revela que a desinformação climática não é apenas um problema de conteúdo, mas um subproduto do modelo de negócio das plataformas digitais. As organizações apontaram que a publicidade programática muitas vezes financia, inadvertidamente, sites negacionistas. Os resultados indicam que um dos maiores incentivos à integridade seria a implementação de políticas rigorosas de segurança de marca, garantindo que investimentos publicitários não alimentem redes de desinformação.

Um achado central diz respeito à necessidade de mecanismos de curadoria e de credenciamento. As organizações sugeriram a criação ou fortalecimento de listas de veículos e produtores de conteúdo que seguem protocolos de verificação científica. A proposta coletiva defende que o mercado publicitário e o setor produtivo devem adotar critérios de ESG informacional, onde a responsabilidade social da empresa passe a incluir o compromisso de não financiar conteúdos que atentem contra o consenso científico do clima. É o que aponta uma das organizações ao salientar que “a integridade da informação deve ser um critério de ESG: se a empresa investe em desinformação, ela não é sustentável”. Citaram-se, ainda, soluções multifacetadas voltadas à promoção da transparência, com maior clareza no inventário publicitário e na adoção de critérios governamentais mais rígidos na alocação de verbas; à criação de uma categoria específica para anúncios sobre o clima, visando mitigar o greenwashing e a desinformação; e ao uso de algoritmos de segurança. Além disso,

propuseram-se ações educativas, como cartilhas e oficinas, para capacitar o público na identificação de informações falsas, enquanto, no campo político, a proposição de leis e a criação de redes multissetoriais e multitemáticas foram consideradas cruciais.

O Eixo 6 concentrou as discussões sobre a formação de competências críticas para a cidadania climática. O roteiro de perguntas orientadoras estruturou-se em três focos: a integração curricular e metodológica (como unir educação midiática e ambiental); a formação de mediadores (capacitação de professores e lideranças); e a territorialidade da aprendizagem (como partir de contextos locais e casos concretos).

A análise das respostas revela que a educação é percebida como a "vacina" de longo prazo contra a desordem informacional. Os resultados apontam que o modelo tradicional de ensino, focado apenas na transmissão de dados, é insuficiente. As organizações defendem uma Educação Científica Crítica, que capacite estudantes e adultos a identificar as lógicas de produção da desinformação, ao mesmo tempo que compreendem a ciência climática como parte de suas vidas. Em contextos como a Amazônia, a relevância do aprendizado poderia ser ampliada pela incorporação da realidade local por meio de metodologias participativas. Um achado central deste eixo foi a importância do saber territorial. As organizações destacaram que a educação ambiental não pode ser planejada ou genérica, sob o risco de reproduzir violências e não dialogar com a realidade. Um exemplo emblemático citado nas consultas foi o caso de um aluno que, ao aprender a medir o volume de chuva em sua comunidade, conseguiu prever um deslizamento e evacuar a vizinhança, salvando vidas. Este tipo de aprendizagem baseada em problemas é apontado como o caminho para transformar a informação técnica em ação climática efetiva. Uma das organizações salienta que “a comunicação popular é a chave. Em locais com baixo acesso à internet, a educação midiática passa pelo rádio e pelas lideranças comunitárias, capacitando a população para distinguir o fato da manipulação emocional durante crises climáticas”.

Para a educação ambiental e climática, metodologias ativas e críticas, como a aprendizagem baseada em projetos sobre questões ambientais reais, jogos educativos e atividades de campo, foram citadas como eficazes para promover o pensamento crítico e a sensibilização climática. O uso de tecnologias digitais também foi considerado um importante aliado para conectar questões locais à crise global.

Para promover essa interdisciplinaridade, o Eixo 6 sugeriu a integração da literacia midiática e digital em todos os níveis de ensino por meio de políticas públicas, estabelecendo

parcerias entre os governos federal, estaduais e municipais. Além disso, a colaboração entre jornalistas, cientistas, educadores e agentes públicos, a aprendizagem experiencial em feiras e trilhas ecológicas, e a divulgação científica multimodal com conteúdo acessível foram citadas como estratégias eficazes.

Por fim, as organizações abordaram a questão da educação midiática/ambiental em eventos climáticos extremos. Durante crises, o foco deveria ser a capacitação da população para distinguir informações falsas e buscar fontes confiáveis, utilizando inclusive meios de comunicação não digitais, como o rádio, essenciais para comunidades com acesso limitado à internet. A comunicação popular, envolvendo a comunidade como protagonista, seria vital para amplificar o alcance das informações, especialmente em áreas afetadas por tragédias climáticas, assim como a integração de Fóruns de colaboração entre educadores, jornalistas, governo e sociedade civil, para garantir uma resposta coordenada e eficaz.

Após a etapa diagnóstica, a Rede de Parceiros consolidou sua governança por meio de um processo dialógico que resultou em dois instrumentos fundamentais: uma Carta de Adesão, pautada pelo rigor científico e pela diversidade territorial, e uma Estrutura de Governança organizada em Grupos de Trabalho (GTs) correspondentes aos seis eixos temáticos. Este arranjo permitiu a transição do diagnóstico para a fase de proposição operacional, na qual cada GT desenvolveu Planos de Ação com metas escalonadas até a COP30, em Belém. Dentre as entregas pactuadas, destacam-se a elaboração de um Mapa do Debate Digital, recomendações para a proteção de comunicadores, uma Carta de Compromisso para o setor publicitário e a criação de um repositório nacional de educação midiático-ambiental. Assim, a Rede materializa-se não apenas como espaço de consulta, mas como uma instância de incidência política e produção de bens públicos informacionais.

3. Conclusões

A análise da trajetória da Rede de Parceiros pela Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima revela que o enfrentamento à desordem informacional exige uma mudança de paradigma: a transição de ações reativas de *fact-checking* para a construção de uma infraestrutura de resiliência permanente. Como demonstrado ao longo deste estudo, a Rede de Parceiros não se limita a ser um fórum consultivo, mas configura-se como uma instância de pesquisa-ação capaz de articular saberes técnicos, acadêmicos e tradicionais em resposta à complexidade do ecossistema digital contemporâneo.

As percepções colhidas junto às 79 organizações participantes evidenciam que a integridade da informação é um pilar indissociável da justiça climática. Os resultados dos seis eixos temáticos convergem para o entendimento de que a desinformação não é apenas um erro de conteúdo, mas uma barreira material que atrasa a transição energética e vulnerabiliza populações, sobretudo as localizadas em desertos de notícias. A integração entre monitoramento do debate público, proteção aos comunicadores, responsabilização de plataformas e educação territorializada constitui o que este estudo define como uma estratégia de defesa da integridade da informação baseada em direitos.

O processo de formalização da Rede demonstra uma tentativa de coordenar a resposta brasileira à desordem informacional climática por meio de ações transversais. Ao projetar entregas para a COP30, como instrumentos de educação midiática e protocolos para o setor publicitário, a iniciativa reforça a premissa de que a integridade do debate público depende tanto do acesso à evidência científica quanto da mitigação de fluxos financeiros que rentabilizam narrativas negacionistas.

Em última análise, a experiência da Rede de Parceiros reforça que a resiliência informacional é um processo horizontal e dinâmico. Na tentativa de fortalecer as vozes de comunidades indígenas, quilombolas e periféricas, a Rede não apenas combate o negacionismo, mas amplia o horizonte democrático, garantindo que o debate sobre o futuro do planeta seja pautado pela transparência, pela ética e pelo compromisso inegociável com a verdade científica.

Referências

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Integridade da informação: um possível novo conceito para o estudo da desinformação. *Comunicação Midiática*, v. 19, n. 1, p. 207-226, 2024.

INTERNATIONAL PANEL ON THE INFORMATION ENVIRONMENT. Information integrity about climate science: a systematic review. Zurich: IPIE, 2025. Synthesis Report, SR2025.1. DOI: 10.61452/BTZP3426.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming. New York: Bloomsbury Press, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Integridade da informação: construindo o caminho para a verdade, a resiliência e a confiança. [S. l.]: ONU Brasil, 2022.



_____. Integridade da informação nas plataformas digitais: informe do Secretário-Geral. [S. l.]: ONU Brasil, 2023.

_____. Princípios globais para a integridade da informação: recomendações para ação de múltiplas partes interessadas. [S. l.]: ONU Brasil, 2024.

RECUERO, Raquel. Notícias falsas, ou fake news: de onde vêm, para onde vão? Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 41, n. 3, p. 1-18, set./dez. 2018.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. [S. l.]: Council of Europe, 2017.

WORLD ECONOMIC FORUM. Global Risks Report, 2025. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2025/>

WRIGHT, Richard; STEIN, Michael. Snowball sampling. In: KEMPF, L. Kimberly (ed.). Encyclopedia of social measurement. New York: Elsevier, 2005.